- 3.ª companhia:
Segundo sargento, n.º 6/322, António Persira de Melo.
- 5.ª companhia:
Segundos sargentos:
1/324, João Mendes de Sousa Ramos.
4/329, Porfírio Tavares Gonçalves.
Primeiro cabo, n.º 3/345, José Bernardo dos Santos.
- 1.ª companhia de depósito:
Primeiro sargento, n.º 20/63, Arnaldo Gomes Duarte.
Segundos sargentos:
15/50, Carlos Alberto Cardoso do Amaral.
24/67, José Eduardo.
Primeiro cabo, n.º 7/47, Heitor Celestino Carapeto.
- 3.ª companhia de depósito:
Primeiro sargento, n.º 13/155, António Correia Alemão.
Segundo sargento, 16/118, Alberto dos Santos.
Seleiro correio, n.º 12/73, Severino José de Moura.
Primeiro cabo, n.º 26/141, João de Sousa.
- 2.ª companhia disciplinar:
Segundo sargento, n.º 10/640, José Paulino dos Santos Oliveira.
Primeiros cabos:
1/584, Firmino de Matos Marçal.
91/352, Carlos Gonçalves Cardoso.
- 2.ª companhia indígena de infantaria:
Segundos cabos:
48/277, Marica.
85/304, Catraio.
84/220, António.
Soldados:
16/185, Angala.
17/426, Quiteia.
23/370, Chimentê.
30/371, Luís Pilartes da Silva.
36/372, Damião.
42/592, Muondo.
44/593, Cazavite.
50/595, Catraio.
51/376, Catraio.
54/597, Domingos Francisco André Sapateiro.
56/466, Pôrto.
125/402, Pena.
128/227, Canata.
129/323, Mutima.
138/158, Canupo.
139/297, Catama.
143/163, Catita.
146/169, Anlenga.
155/238, Cabito.
158/302, Chico.
161/305, Mabenane.
175/470, Canivete.
- 5.ª companhia indígena de infantaria:
Primeiro sargento, n.º 11/967, Guilherme Soares Cardoso Pinto dos Santos e Barbosa.
Segundo sargento, n.º 13/1:006, Adelino Cardoso de Almeida.
Primeiro cabo, n.º 2/976, João Fontão.
- 6.ª companhia indígena de infantaria:
Segundos sargentos:
6/819, António Augusto de Assunção Carmo.
87/818, Francisco de Oliveira.
Primeiro cabo, n.º 31/808, João Augusto da Silva.
- 8.ª companhia indígena de infantaria:
Primeiro sargento, n.º 10/604, Henrique Pereira.
Segundos sargentos:
3/625, Adelino Lopes Nogueira.
14/690, Jacinto.
61/633, Manuel Gonçalves.
210/393, Arlindo Roque.
- 9.ª companhia indígena de infantaria:
Segundos sargentos:
1/1:092, Alberto da Costa.
19/1:039, António da Rosa Júnior.
65/531, António Fernandes Pinheiro.
Primeiro cabo, n.º 136/898, Claudino Moreira.
- 10.ª companhia indígena de infantaria:
Primeiro sargento, n.º 83/272, José Quadros da Silva Franco.
Segundos sargentos:
4/354, José Olímpio Barreiros de Oliveira.
6/509, Alfredo Augusto Feio.
14/356, Geraldo da Costa.
46/508, António Martins.
3/340, José Maria.
- 15.ª companhia indígena de infantaria:
Primeiro sargento, n.º 7/661, Joaquim Silvestre.
Segundo sargento, n.º 18/593, Domingos Pinto Gomes.
Primeiros cabos:
2/515, Amadeu José de Sousa.
9/609, José Maria de Sousa Valadares.
- 16.ª companhia indígena de infantaria:
Segundos sargentos:
6/655, Francisco de Sousa Eusébio.
10/632, Adelino Soares da Costa.
Primeiro cabo, n.º 180/343, Paulo Miguel.
- 11.º — Ministério das Colónias — Direcção Geral das Colónias
8.ª Repartição

Condecorados com a medalha militar, em conformidade

com o disposto no regulamento aprovado por decreto de 4 de Fevereiro de 1911:

Classe de comportamento exemplar
Companhia de saúde de Moçambique
Medalha de prata

Segundos sargentos:
1331, Albino César dos Santos.
65, Domingos Manuel.
Primeiro cabo, n.º 32, Jacinto Martins.

Medalha de cobre

Segundos sargentos:
1613, Filipe Santana Mirante.
1619, António Neves.
132, Joaquim Augusto do Amaral.
1327, Papiniano Rodrigues.

Primeiros cabos:
766, Bernardo da Costa.
284, Albino Estêvão.
667, Manuel Alfredo Ferreira.
948, Júlio Pereira Rodrigues.

Companhia de saúde de Macau e Timor

Medalha de prata

Primeiro sargento, n.º 30/32, António Alves Vieira.

12.º — Ministério das Colónias — Direcção Geral das Colónias
5.ª Repartição — 1.ª Secção

Declara-se:

1.º Que por despacho de 29 de Março findo, publicado no *Diário do Governo* n.º 75, de 1 de Abril do corrente ano, foi concedida a medalha de prata, criada por decreto de 3 de Novembro de 1852, de distinção e prémio concedido ao mérito, filantropia e generosidade, a Paladina, segundo cabo, n.º 195/403 Q, Cilalada, soldado n.º 93/329 Q, e Torcida, soldado n.º 81/35 Q, todos da 2.ª companhia indígena de infantaria de Angola, por terem salvado com risco da própria vida oito passageiros, que numa casquinha atravessavam a baía Uia-Uia.

2.º — Que foi mandado apresentar no Ministério da Guerra:

Em 10 do corrente mês:

O capitão do serviço da administração militar, Joaquim Simões da Costa, por ter terminado a comissão na província da Guiné.

13.º — Licenças concedidas por motivo de moléstia aos oficiais abaixo mencionados:

Em sessão de 3 do corrente mês:

Província de Angola

Joaquim Aires Lopes de Carvalho, capitão médico do quadro de saúde de Angola e S. Tomé e Príncipe — sessenta dias para se tratar.

Província de Macau

Artur Fernandes da Silva, alferes farmacêutico do quadro de saúde de Macau e Timor — sessenta dias para se tratar.

Obituário

1913
Março 17 — António Ferreira de Carvalho, coronel reformado da província de Moçambique.
Março 26 — Augusto José Antunes, major reformado da província de Moçambique.
» 26 — Manuel Pinto de Almeida, alferes reformado da província de Moçambique.

Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro.

Está conforme. — Pelo Director Geral, João Thaumaturgo Junqueira.

8.ª Repartição

Tendo o primeiro tenente-médico da Armada, Luís Augusto Luz Rodrigues, oferecido gratuitamente à Escola de Medicina Tropical uma coleção completa dos Boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa, coleção hoje raríssima e que foi consideravelmente enriquecer a biblioteca da citada escola: manda o Governo da República Portuguesa que, pelo Ministro das Colónias, seja louvado o referido tenente-médico.

Paços do Governo da República, em 4 de Junho de 1913. — O Ministro das Colónias, Artur R. de Almeida Ribeiro.

Por portaria de 6 do corrente:

José João Gomes — reintegrado na comissão de serviço que dosempenhava no quadro de saúde de Angola e S. Tomé e Príncipe, e da qual havia sido exonerado por portaria de 12 do Março de 1902.

Direcção Geral das Colónias, em 7 de Junho de 1913. — Pelo Director Geral, João Thaumaturgo Junqueira.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

2.ª Repartição

Por ter saído com inexactidões novamente se publica a seguinte portaria:

Atendendo ao que requereu o primeiro oficial da fazenda da província de Angola, Fernando Clavel do Carmo: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, transferi-lo para idêntico lugar na província de Moçambique, na vaga resultante da exoneração do primeiro oficial Leoygildo Pelágio de Mendonça Sales.

Paços do Governo da República, em 5 de Junho de 1913. — O Ministro das Colónias, Artur R. de Almeida Ribeiro.

CONGRESSO

SENADO DA REPUBLICA PORTUGUESA

Projecto de lei

Administração Geral da Agricultura

Base 1.ª

Artigo 1.º É criada a Administração Geral da Agricultura, directamente subordinada ao Governo da República Portuguesa, por intermédio dos Ministros que superintendem nos serviços a cargo da mesma Administração Geral.

§ único. Os serviços de ensino agrícola ficarão subordinados ao Ministro da Instrução Pública e Belas Artes, continuando a cargo do Ministro do Fomento os restantes serviços de Agricultura.

Art. 2.º A Administração Geral da Agricultura, constituída pelos serviços a cargo da actual Direcção Geral da Agricultura, que fica extinta, divide-se em serviços internos e em serviços externos.

Base 2.ª

Serviços internos — Sua constituição

Art. 3.º Constituem os serviços internos:

Secretaria geral.

1.ª Direcção (técnica) — Serviços florestais e aquícolas.

2.ª Direcção (técnica) — Serviços de instrução geral e regional de agricultura.

3.ª Direcção (técnica) — Serviços gerais agrícolas.

4.ª Direcção — Contabilidade.

Tesouraria.

Arquivo.

Conselho Superior de Agricultura.

§ 1.º A Secretaria Geral e as direcções subdividem-se em «Divisões» a cujo cargo ficam os seguintes serviços:

Secretaria geral

1.ª Divisão — Serviços gerais administrativos, Conselho Superior de Agricultura, organização do boletim da Administração Geral, etc.

1.ª Direcção

2.ª Divisão — Serviços florestais e aquícolas.

2.ª Direcção

3.ª Divisão — Instrução geral agrícola.

4.ª Divisão — Estudos regionais agrícolas.

3.ª Direcção

5.ª Divisão — Serviços comerciais e de fiscalização.

6.ª Divisão — Serviços pecuários.

7.ª Divisão — Serviços de previdência.

4.ª Direcção

8.ª, 9.ª e 10.ª Divisões — Escrituração de receitas; liquidação, ordenamento e pagamento de despesas; organização do orçamento geral, contas de pagamentos, etc.

§ 2.º Em regulamento privativo dos serviços de contabilidade da Administração Geral da Agricultura serão determinadas as atribuições da tesouraria e reguladas as suas relações com os demais cofres do Tesouro.

§ 3.º O Conselho Superior da Agricultura, enquanto não for reorganizado pela comissão de que trata o artigo 24.º deste diploma, continua com actuais constituição e atribuições.

Pessoal e vencimentos

Art. 4.º O pessoal dos serviços internos e os vencimentos que lhes respeitam acham-se descritos na tabela anexa à presente reorganização.

§ 1.º Além daquele pessoal, na secretaria da Administração Geral, poderão prestar serviço, sem direito a acréscimo de proventos, os funcionários técnicos e auxiliares que, temporariamente, se tornem necessários.

§ 2.º Em harmonia com as disposições do parágrafo anterior, continuam em exercício na Administração Geral da Agricultura os actuais empregados auxiliares.

Art. 5.º Os oficiais da Secretaria, Direcções, Arquivo e Tesouraria, assim como os chefes da 8.ª, 9.ª e 10.ª Divisões, formam um quadro único.

Art. 6.º O director da 4.ª Direcção e o chefe de divisão, que o substitua nos seus impedimentos, estão directamente subordinados ao Governo.

Despesas de deslocação

Art. 7.º O pessoal dos serviços internos, quando em serviço fora da secretaria, tem direito ao porcebimento de despesas de transportes.

Quando o serviço for prestado a mais de 10 quilómetros da residência oficial, receberá também as ajudas de custo mencionadas na tabela que faz parte do presente diploma.

§ 1.º Quando algum funcionário for mandado em serviço às ilhas adjacentes, ultramar ou estrangeiro, as despesas de deslocação serão fixadas por despacho ministerial.

§ 2.º Por conveniência de serviço, poderá o Ministro autorizar o pagamento adiantado de despesas de deslocação, ficando os funcionários que as recebem obrigados a prestar contas logo que terminem os serviços de que foram encarregados. De contrário, as importâncias recebidas serão descontadas nos primeiros ordenados que se processarem a seu favor.

Art. 8.º As disposições dos §§ 1.º e 2.º do artigo 7.º são igualmente applicáveis ao pessoal dos Serviços Externos.